Sob o domínio das liminares

DF - Invasão *Journal de Brasília* 01/01/2002

INVASORES E GRILEIROS DE TERRAS PÚBLICAS FAZEM USO DAS LIMINARES PARA IMPEDIR A AÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Administradores públicos tornam-se reféns de liminares judiciais contraditórias, expedidas em ações propostas por invasores, parceladores do solo e grileiros de terras públicas. É o que ocorre, por exemplo, com o administrador do Lago Norte, Marco Lima.

Na tentativa de preservar o patrimônio público e o meio ambiente da região, Lima foi ameaçado de prisão, por ter mandado derrubar

uma construção irregular em área pertencente ao Governo do Distrito Federal.

Agora, com o apoio de membros do Ministério Público, de grupos políticos de oposição e de um jornal local, um invasor de terras públicas tenta afastá-lo do cargo que ocupa. "Que interesse tem o Ministério Público ao defender um invasor, em detrimento do bem público?", indaga o administrador.

O chefe de Gabinete do Ministério Público do DF e Territórios, promotor de Justiça Andreilino Bento, disse que não tem conhecimento da ação proposta pelos promotores de Defesa da Ordem Urbanística e do Patrimônio Público.

"Somente eles poderão dar informações sobre a

questão. Mas estão em recesso forense e voltam à ativa dia 2 de janeiro", esclarece.

Segundo Marco Lima, desde que assumiu a Administração do Lago Norte, ele e sua equipe vêm trabalhando no sentido de preservar o patrimônio público, o meio ambiente no local.

Tanto assim que retirou mais de 200 barracos do Varjão do Torto, permitindo a regularização da área e o assentamento dos moradores. Cadastrou cerca de 700 chacareiros instalados em nove núcleos rurais, para evitar o parcelamento do solo.

A disputa mais acirrada que o administrador enfrenta agora foi provocada pela derrubada de uma construção irregular, na Chácara 29 do Núcleo Rural do Torto. Na área ao lado está em instalação os condomínios Privê I e II, cujo

processo de regularização está em votação na Câmara Legislativa.

O condomínio, de acordo com assessores da Administração do Lago Norte, ocupa terras públicas onde antes funcionava a Fazenda Brejo ou Torto, desapropriada pelo GDF e incorporada a Terracap. "Caso a área seja regula-

rizada, os terrenos serão pagos pelos ocupantes", explica o assessor de imprensa da Administração, Roberto Sávio.

Mesmo assim, como a área é objeto de disputa judicial, todos os ocupantes de lotes no local foram notificados por fiscais da Administração Regional e as obras embargadas, até a decisão final da Justiça, explica o administrador.

"No caso da desobstrução da área ocupada por Clóvis Alves Nogueira, o que a Administração fez foi cumprir determinação do juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública. O juiz considerou que "as obras realizadas pelo autor (Clóvis) estão em contrariedade às normas legais, já que se encontram realizadas em área pública",

explica. O terreno, segundo Lima, ocupa área de preservação ambiental do Lago Paranoá.

No entanto, a disputa por um terreno de 30 mil metros quadrados entre o síndico do condomínio Privê e Clóvis causa dor de cabeça ao administrador. Com base em liminar concedida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) a Tarcísio Márcio Alonso, o administrador está impedido de derrubar construções no condomínio Privê.

Mas continua exercendo o poder de polícia da administração pública sobre as demais áreas. "Foi o que levou a administração a cumprir a decisão do juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública, que negou a manutenção de posse ao chacareiro", explica Marco Lima.

Administrador do Lago Norte foi ameaçado de prisão, por mandar derrubar construção irregular numa área que pertence ao GDF